

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1432267 - SP (2019/0013270-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : LUIZ ANTONIO APARECIDO PENEDO  
**ADVOGADO** : LUIZ ANTÔNIO APARECIDO PENEDO (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP063064  
**AGRAVADO** : ERIKA STEGER CAMOESI  
**AGRAVADO** : JOAO CARLOS ZANELATO  
**AGRAVADO** : LIVIA GAVIOLI MACHADO  
**AGRAVADO** : CESAR COSMO RIBEIRO  
**AGRAVADO** : LEANDRO DE PADUA POMPEU  
**AGRAVADO** : FABRICIO MICHEL SACCO  
**AGRAVADO** : RICARDO CARICATTI DIVINO  
**AGRAVADO** : RICARDO ANTERO LOUREIRO  
**AGRAVADO** : ANTONIO CAMOESI  
**AGRAVADO** : IVONETE RUSSO CAMOESI  
**AGRAVADO** : VALENTIM CAMOESI  
**AGRAVADO** : BELSAN MOVEIS E DECORACOES LTDA  
**AGRAVADO** : WALJE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SOCIEDADE COML LTDA  
**AGRAVADO** : VEPAR VELLUTINI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA  
**AGRAVADO** : DORIS TERNI PETERUTTO  
**AGRAVADO** : ANGELO ANTONIO PETERUTTO  
**ADVOGADOS** : DORIVAL SCARPIN - SP038302  
AGNELLO HERTON TRAMA E OUTRO(S) - SP022979  
JOSÉ ARNO CAMPOS REUTER - SP025053  
LUIZ ANTÔNIO APARECIDO PENEDO - SP063064  
AGNELLO HERTON TRAMA JUNIOR - SP094554  
ANDERSON DE ALMEIDA CARDOSO - SP085005  
ELAINE DIAS DE LIMA ALMEIDA - SP147407  
RICARDO CARICATTI DIVINO - SP312904

## EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AGRADO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PEDIDO REALIZADO NO CURSO DA DEMANDA. DEFERIMENTO QUE NÃO POSSUI EFEITO RETROATIVO. AGRADO IMPROVIDO.

1. A Corte originária, mediante ampla análise dos fatos e provas inseridos nos autos, constatou a real situação financeira do recorrente e, desse modo, concluiu pela inexistência de hipossuficiência. Contudo, descabe ao Superior Tribunal de Justiça, por meio do julgamento de recurso especial, alterar tal fundamento, ante a proibição de exame mais profundo do contexto fático-probatório, nos termos do que dispõe a Súmula 7 do STJ.

2. Nada obstante, consoante o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, continua sendo plenamente aplicado, a concessão do benefício somente produzirá efeitos quanto aos atos processuais relacionados ao momento do pedido, ou posteriores a ele, não sendo admitida, portanto, sua retroatividade.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam

Documento: 101674373

Página 1 de 2

# *Superior Tribunal de Justiça*

os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

